



Eixo: Movimentos sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Movimentos sociais e lutas de classes - contexto nacional e internacional.

A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA: O GOLPE JURÍDICO, PARLAMENTAR E MIDIÁTICO EM QUESTÃO

**GÊNESIS DE OLIVEIRA PEREIRA¹
SHEILA DIAS ALMEIDA²**

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo debater o golpe jurídico, parlamentar e midiático de 2016, à luz da formação social brasileira e dos movimentos de sua elite, para, assim, abordar os elementos presentes na contemporaneidade em sua historicidade. Busca-se articular os impactos do capitalismo dependente para o desenvolvimento das classes sociais, da consolidação dos direitos e da democracia no país como forma de captar as continuidades e rupturas presentes na conjuntura atual.

Palavras-chave: Formação Social Brasileira; Capitalismo Dependente; Golpe Jurídico, Parlamentar e Midiático; Lutas Sociais.

Abstract: The present work aims to discuss the legal, parliamentary and mediatic coup of 2016, in the light of Brazilian social formation and the elite's movements, in order to, thus, approach the present elements in contemporaneity in its historicity. It seeks to articulate the impacts of dependent capitalism for social classes development, consolidation of rights and democracy in the country, as a way of capturing the continuities and ruptures existing in the current conjuncture.

Keywords: Brazilian Social Formation; Dependent Capitalism; Parliamentary and Mediatic Legal Coup; Social Struggles.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a conjuntura contemporânea, mais especificamente sobre o golpe jurídico, parlamentar e midiático em curso no país desde 2016, recuperando os traços da formação sócio-histórica brasileira para iluminar a compreensão de parcela deste processo. Ou seja, pretendo contribuir para análise da conjuntura atual

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: < genesis.oliveira@gmail.com >

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Ouro Preto.

recuperando alguns elementos que fundam e marcam o desenvolvimento da classe trabalhadora e das elites no Brasil.

Nesta direção, parto do pressuposto que para compreender o golpe iniciado em 2016 é preciso levar em conta os elementos que perpassam nossa formação social escravista, de capitalismo dependente e as origens e desenvolvimento da burguesia nacional. Nesta direção, acredito que, salvo suas particularidades, o golpe de 2016 remete a uma forma específica da burguesia nacional resolver seus problemas, com Dilma no Parlamento, com Lula no judiciário, com Marielle nas ruas, com tiros. Essa burguesia originária dos setores mais arcaicos da sociedade, que nos marcou (e continua marcando) a ferro e fogo, é a burguesia dos antigos senhores de escravo, capitães do mato, senhores de engenho, coronéis, pistoleiros, torturadores, que reatualizam a cada golpe suas formas de assegurar os interesses do capital imperialista e manter o controle do país.

No primeiro eixo, recupero elementos próprios da formação social de capitalismo dependente que atrelam historicamente o desenvolvimento do capital no Brasil aos desmandos do imperialismo. Esses elementos são trabalhados em articulação com os traços antidemocráticos e autocráticos das elites brasileiras. No segundo item, é estabelecida a articulação entre nossa formação social e a conjuntura contemporânea, visando captar elementos que nos permitam compreender os movimentos das elites dominantes de modo a explicitar as particularidades das transformações sócio-históricas e os interesses da burguesia nacional e internacional com o golpe de 2016. Em minhas considerações traço algumas estratégias para as lutas sociais na conjuntura adversa à classe trabalhadora.

2. DESENVOLVIMENTO

A formação social brasileira e as elites nacionais

Para entender a conjuntura contemporânea do Brasil, proponho um caminho a partir das origens do capitalismo e das classes sociais em nosso país tendo em vista recuperar alguns elementos centrais para elucidar os movimentos das classes dominantes na contemporaneidade. O primeiro elemento a ser abordado é que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não se deu de forma autônoma, mas, ao contrário, em profunda dependência com o imperialismo nascente. A independência de Portugal e a inserção do Brasil no mercado mundial se deu, como pontua Neto (2015), por meio da Inglaterra. A independência do Brasil não significou o fim das relações coloniais e o desenvolvimento de um capitalismo autônomo, ao contrário, embora a independência tenha significado, em certa medida, uma emancipação política e a organização interna do poder, a esfera econômica foi subsumida aos interesses da Inglaterra, país imperialista no momento da independência do Brasil.

É a Inglaterra que, num primeiro momento, vai controlar o mercado interno e a produção nacional para subsidiar o desenvolvimento da industrialização nos países centrais. Ela não faz isso sem o aval das elites nacionais, há, nesse processo, um fortalecimento das elites locais pelo imperialismo como forma de consolidar o capitalismo na América Latina pelo viés dependente. Nesta direção, há uma aliança entre a burguesia nacional e internacional, o que supõe dizer que seria possível, embora mais difícil, a constituição de uma burguesia nacional que negasse a inserção dependente no capitalismo.

A independência do Brasil também não significou a abolição da escravidão, e, neste sentido, a constituição *de 1824*, como lembra Santos (1979), revelava seu conservadorismo, apontava a modernização das instituições numa perspectiva burguesa e a convivência com formas de produção anticapitalistas. É nesta direção que identificamos a elite nacional com o atraso, isto é, a burguesia nacional, ao contrário das burguesias

clássicas não fez uma revolução contra os setores arcaicos da sociedade. Essa burguesia, como muito bem lembra Fernandes (2008), não fez uma revolução burguesa nos moldes clássicos, dos países centrais, ancorada nos valores liberais de igualdade, fraternidade e justiça. As burguesias da França, por exemplo, lançaram-se numa verdadeira guerra aos resquícios das formações sociais ultrapassadas pelo capitalismo, com a chamada revolução burguesa. No Brasil, o processo de diversificação da economia nacional é fortemente articulado aos setores arcaicos, único que havia conseguido realizar a acumulação primitiva de capital e dispunha de recursos para diversificar a economia interna. Portanto, a elite industrial desse país, embora tenha suas contradições internas - e não podemos negar - não entra em guerra com os setores da economia arcaica. Há, portanto, uma conciliação de interesses e um profundo atrelamento da oligarquia e da burguesia emergente. Uma elite que surge do atraso, dos senhores de escravos, de engenho, pistoleiros e coronéis.

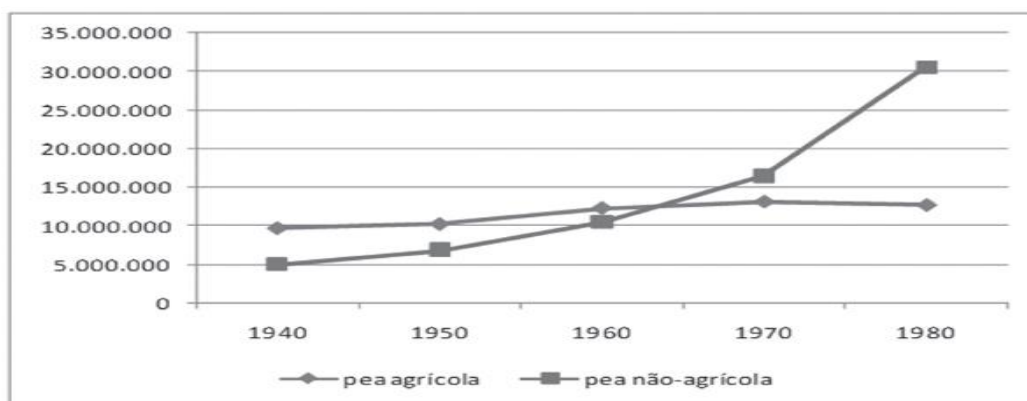
O reflexo da revolução burguesa menos feroz e com sucessivas etapas de concretização, se expressam na conformação do mercado de trabalho no Brasil. De acordo com Fernandes (1968), esse mercado se constitui de forma híbrida, as cidades contam com maior acúmulo de força de trabalho livre, mas, mesmo assim, convivem com o trabalho escravo. Assim, a classe que não detém os meios de produção nesse país nasce fragmentada³. O mercado de trabalho no Brasil é composto por estruturas capitalistas, pré-capitalistas, anticapitalistas. A classe que detém os meios de produção, por sua vez, identifica-se como classe dominante ainda que suas frações de classe sejam dividida entre capitalistas, donos de engenho, senhores de escravos etc. As elites brasileiras eram, portanto, a classe com poder de articulação e de reconhecimento de classe, tinham desenvolvido elementos centrais às classes

³ “Uma parte deles (no caso brasileiro, como em quase todas as sociedades subdesenvolvidas: maioria da população) não chega a ter interesse de classe e situação de classe, como polarização positiva na ordem econômica capitalista e no regime societário correspondente. Outra parte, incorporada ao setor moderno (em seus desdobramentos rurais, mas principalmente nos seus desenvolvimentos urbanos), possui ambas condições; através das formas capitalistas de produção e de organização do mercado valorizam-se, econômica e socialmente, pela força de trabalho como mercadoria.” (FERNANDES, 2008, p. 72)

dominantes, “possuem idênticos interesses de classe e a mesma situação de classe” (FERNANDES, 1968, p. 71). O que dava unidade às diversas formas de trabalho presentes nesse país era à superexploração do trabalho, comum em todas as formas de organização do trabalho. Dado o atraso tecnológico, a competitividade dos produtos nacionais estava atrelada a superexploração do trabalho, elemento inerente a inserção no capitalismo mundial pelo viés da dependência, presente na conjuntura atual como mola propulsora das contrarreforma do Estado e expropriação de direitos. Voltaremos a esse embate mais à diante.

Os direitos no Brasil também seguirão essa tendência de fragmentação própria da estrutura de classes de nosso país e trarão profundos impactos para a construção da democracia no Brasil. A diversificação da economia brasileira vai aumentar a produção industrial e a classe trabalhadora industrial. No Governo Vargas (1930-45), temos a constituição de um modelo de cidadania restrito aos trabalhadores urbanos, enquanto que, em 1940, a maior parte da força de trabalho se situava no campo. O não reconhecimento dos trabalhadores rurais pelo Estado restringe ainda mais a participação desse setor - majoritário até a década de 60 - na esfera política, tendo como expressão a luta de classes mais acirrada na esfera urbana e os direitos consolidados para os trabalhadores desta esfera. Nesta direção, durante o período do capitalismo competitivo a força de trabalho ativa concentrava-se majoritariamente no campo, reafirmando a restrição dos direitos no Brasil. Segundo fontes do IBGE:

Tabela 1: População economicamente ativa



Fonte: Censo demográfico apud Barbosa, 2016

Precisamos lembrar que os direitos de cidadania estavam vinculados à carteira de trabalho, portanto, a maior parte da classe que não detinha os meios de produção estava excluída da cidadania, sem direito à sindicalização, sem reconhecimento por parte do Estado, e, portanto, sem acesso às conquistas asseguradas na CLT⁴. Esse movimento vai contribuir com a identificação positiva da força de trabalho com o capital, um desejo de parcelas da população ainda não proletarizada em se proletarizar. Portanto, um elemento particular da força de trabalho no Brasil, remete ao desejo pela proletarização como forma de acessar as conquistas sociais, processo esse que abranda a luta de classes e a explicitação entre capital e trabalho. Tenhamos calma, o conflito entre capital e trabalho sempre foi presente mesmo no capitalismo dependente. Se expressaram no Brasil com as greves em 1904, 1906, 1910, 1917, 1919, 1922, 1924 e 1930, tendo como característica básica a condução pelos setores industriais no Brasil, não se universalizando para o conjunto dos trabalhadores. Seus resultados remetem às concessões realizadas pelo Estado, que, por sua vez, não se universaliza para toda força de trabalho, destinam-se a controlar a nascente classe trabalhadora urbana.

O viés dessa forma de desenvolvimento do capitalismo pela dependência, além de provocar uma particularidade de direitos restritivos

⁴ Essa particularidade da cidadania brasileira só irá se resolver durante a década de 1960, com a ampliação da absorção de trabalhadores pela previdência social, que, por sua vez, irá acarretar no processo de unificação da previdência social na década de 1960 com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social.

excluindo os trabalhadores rurais, provoca uma forma própria de democracia no país, que, certamente, não está isenta do traço autoritário, violento, arbitrário que marca a emergência do capitalismo no Brasil e funda suas elites⁵. A história de nosso país é marcada por uma fragilidade democrática e sucessivos golpes. Se podemos traçar um elemento comum a todos eles pontuaria a exclusão (ou participação seletiva) das massas nos rumos do país. Segundo Ianni:

O Varguismo teve várias fases. Entre 1930 e 1937, Getúlio Vargas ensaiou uma democracia de bases populares, fazendo concessões simultâneas à classe média e ao proletariado. Nesses anos, criou algumas bases do populismo brasileiro, formulando a doutrina da paz social e reconhecendo os sindicatos como legítimos órgãos do proletariado. Nos anos de 37-45 Vargas instaurou uma ditadura de tipo populista, sob denominação de Estado Novo, com elementos de inspiração corporativa. Nesse período outorgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) formalizando as relações de trabalho nos setores secundários e terciários. Por meio do salário mínimo, as férias remuneradas, o aviso prévio, a proteção, a proteção a maternidade e outros dispositivos formalizaram-se os direitos e os deveres dos trabalhadores no mercado de trabalho industrial tanto quanto nas outras atividades produtivas localizadas na cidade. (IANNI, 1991, P. 110)

Em 1937, a instituição do Estado Novo a partir da falsa ameaça comunista, perpetuou o poder de Getúlio Vargas - com apoio de militares - até 1945. Temos a suspensão das eleições sobre o discurso do Estado forte, cujo objetivo central era aprofundar o processo de diversificação da economia e o avanço do capitalismo no Brasil, com forte crescimento do imperialismo americano e controle das massas⁶. A participação das massas foi restrita à participação sindical nas categorias regulamentadas, criando um sindicalismo único atrelado ao governo, pouco combativo e excludente da maior parte da força de trabalho do país.

Em 1964, temos um golpe mais emblemático, dada sua funcionalidade e violência, um golpe militar para implementar o capitalismo monopolista no

⁵ Vale frisar que estou falando da última burguesia a acabar com a escravidão na América.

⁶ Como pontua Santos (1979), o acesso a cidadania estava, no referido período, vinculada a profissões regulamentadas pelo Estado, essas profissões tinha acesso a CLT e deveriam ter um sindicato único. A trajetória sindical do país revela a perseguição aos setores mais críticos da classe trabalhadora, a extradição de lideranças anarquistas, a vinculação da organização sindical a categorias profissionais e a adequação de um sindicalismo atrelado ao Estado.

Brasil, fortemente orquestrado pelo imperialismo. Os rumos político do Brasil nos governo de João Goulart - reformas de base, articulação do trabalhador urbano, mobilização do trabalhador do campo, planos de desenvolvimento mais autônomos do capitalismo no Brasil - desagradavam as elites internacionais. Não estava em jogo no Brasil o socialismo, como muito bem lembra Netto (2015), mas sim um projeto de desenvolvimento do capitalismo menos atrelado às burguesias internacionais. Havia, também, uma fragmentação da direita no país, em fragmentos de classe com interesses particulares e uma dificuldade em traçar um elemento comum para assegurar os rumos do capitalismo no Brasil. Uma crise da dominação burguesa oriunda das dificuldade de absorver os dinamismo do capital monopolista internacional sem perder sua hegemonia de classe no interior do país.

É nessa conjuntura que temos o golpe militar de 1964, segundo Fernandes (2008) a concretização da revolução burguesa no Brasil, momento no qual as relações do campo se subordinam à economia urbana e às relações sociais capitalistas apresentam seu pleno desenvolvimento, é, também, o momento de amadurecimento da burguesia nacional como classe dominante e contrarrevolucionária, em permanente processo de autodefesa. Portanto, ao contrário dos elementos monopolistas gestados dentro das sociedades centrais, o monopolismo no Brasil é um processo que vem de fora com o prelúdio da crise do capital internacional e a necessidade de abertura para valorização do capital sobranante. Assim, o capital monopolista no Brasil nega suas feições democrático-burguesas presentes nos países centrais, que se expressam com a ampliação de direitos e fortalecimento das entidades e partidos dos trabalhadores. Retoma aqui, traços históricos de nossas burguesias, o autoritarismo, a repressão, o extermínio, traços que são herdados dos senhores de escravo, das oligarquias. Segundo Fernandes (2008), as alterações do desenvolvimento do capital monopolista colocaram as burguesias nacionais em profunda crise:

Portanto, no fundo da crise de poder burguês estava a necessidade histórico-social de adaptação da burguesia brasileira ao industrialismo intensivo não sob uma evolução que acelerasse e aprofundasse a

revolução nacional, como ocorria sob o capitalismo competitivo. Porém, ao contrário, sob uma evolução que agravava o desenvolvimento desigual interno e intensificava a dominação imperialista externa, pois ambos teriam de ser irremediavelmente, os ossos, a carne e os nervos do industrialismo intensivo. Ao superar essa crise a burguesia torna-se uma “burguesia madura” apta a enfrentar e conduzir a industrialização intensiva, como etapa mais complexa e mais alta da transformação capitalista, e a completar o ciclo da revolução burguesa, mas sob e dentro do capitalismo dependente. (FERNANDES, 2008, p. 371)

A saída para a crise burguesa não se dá pelo jogo democrático, a burguesia brasileira sempre se furtou da democracia quando ela poderia tomar rumos que não estavam traçados pelas elites. Temos, então, a instalação da autocracia-burguesa, como diz Florestan:

Isso fez com que a restauração da dominação burguesa levasse, de um lado, a um padrão capitalista altamente racional e modernizador de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente, servisse de pião a medidas políticas, militares e policiais, contrarrevolucionárias, que atrelaram o Estado Nacional não à clássica democracia burguesa, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, como uma autocracia burguesa. (FERNANDES, 2008, p. 313)

Ou seja, consolida-se o movimento de modernização do capital no Brasil sobre as bases oriundas de políticas militares e policiais contrarrevolucionárias, retirando os trabalhadores da cena política como única forma possível de modernizar as estruturas econômicas e realizar as profundas transformações nacionais próprias da implementação do monopolismo. Portanto, tivemos ao longo de nossa história, no âmbito dos rumos decisivos desse país, a exclusão dos setores sociais que não detém os meio de produção, estou falando dos escravos ao longo do Império, dos Trabalhadores Rurais e da participação tutelada dos trabalhadores no Estado Novo e da tentativa de exclusão total do proletário no âmbito da luta de classes na implementação do monopolismo⁷. Esses elementos, são centrais, em minha compreensão para entender a conjuntura contemporânea.

⁷ Digo, tentativa, pois mesmo num contexto de ditadura militar a luta de classes se fazia presente, mesmo que os trabalhadores não dispusessem de meios necessários para acirrar esse luta.

O golpe jurídico, parlamentar e midiático iniciado em 2016 e o movimento das elites nacionais

Nosso ponto de partida para compreender a conjuntura contemporânea precisa levar em conta que o golpe de 1937/1964 não são a mesma coisa do golpe de 2016, os elementos são outros, o Brasil é outro. As próprias mudanças oriundas do aceleramento da industrialização ocorridos na ditadura militar com a implementação do capital monopolista transforma a estrutura social brasileira que passa a se concentrar cada vez mais nas áreas urbanas, num amplo processo de esvaziamento do campo via consolidação dos latifúndios e da industrialização neste setor. Hoje, de acordo com o senso do IBGE de 2010, cerca de 84% da população brasileira vive na cidade, não é mais 45,1% como no início da ditadura. Associar 1964 com 2016 seria uma falta de compreensão do movimento do real, as contradições hoje são mais complexas, próprias da monopolização do capital, mas há, sem dúvidas, elementos sócio-históricos que nos permite apreender os movimentos dessa elite historicamente golpista.

Refletir sobre a conjuntura atual remete ao Golpe jurídico, parlamentar e midiático em curso no Brasil, digo em curso pois a prisão de Lula não é o fim do golpe, como alguns setores andam bradando aos sete ventos. A prisão do Lula é, em minha compreensão, parte do processo do golpe que irá se concretizar com as eleições deste ano, caso elas venham a ocorrer. A disputa, está direcionada, nesse momento, para a eleição e a consolidação de um governo cujo nome tenha sido tirado pela burguesia nacional ou ao menos uma fração majoritária desta, que, nessas eleições, será representada por Geraldo Alckmin.

Nossa burguesia foi a última, na América, a acabar com a escravidão, o que, certamente, não é qualquer coisa. Os processo sociais expressos na não aceitação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, na visão do bolsa família como programa de vagabundo, na resistência às políticas de

cotas raciais na Universidade Públicas só podem ser apreendido em sua totalidade levando em consideração o histórico ódio ao negro que funda o Brasil. Como diria o professor Jessé de Souza (2017), uma burguesia que travestiu no PT o seu ódio de classe, seu ódio ao negro, ao pobre, ao favelado, ódio esse que vem desde a escravidão e se manifesta todo dia no cotidiano de milhões de brasileiros/as negros há mais de 500 anos. A burguesia nacional nunca gostou nem de pobre, nem de negro. Outro traço importante, explicitado ao longo do texto, é que essa burguesia nunca teve apreço pela democracia, recorreu ao longo da histórias à sucessivos movimentos que não levaram em conta o jogo democrático. Esses elementos visavam, principalmente, conter a classe trabalhadora e assegurar os interesses das classes dominantes nacionais e internacionais. O amadurecimento dessa burguesia no golpe de 1964 reflete hoje no golpe de 2016, sem militares e sem a imposição externa. Vale recordar o áudio de Jucá, divulgado pela Folha de São Paulo em 2016:

- Conversei ontem com uns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de... sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca'. Em outro trecho, sugere que um acordo nacional, ou pacto, para "delimitar" a Lava Jato com participação do Supremo.
- Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer]... É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional, sugere Machado.
- Com o Supremo, com tudo, afirma Jucá.

Estou chamando a atenção para um acordo nacional, de um movimento das burguesias nacionais e de seus representantes, um golpe gestado por dentro e articulado por fora, por uma burguesia golpista, sem apreço nenhum pela democracia. Golpe esse disseminado internamente como o combate a corrupção do PT e externamente como forma de aprovar as contrarreformas trabalhista e da previdência social, ou seja, acirrar e aprofundar o ajuste fiscal brasileiro. Embora ele tenha tido legitimação externa, é um golpe tramado internamente, que se propaga e dissemina no mundo das aparências a partir do ódio ao PT pela classe média e alta, um ódio de classe em sua essência, ódio ao pobre, ao negro, que sempre existiu nas elites brasileiras e se acirra no momento de crise econômica. Portanto, com base em minha compreensão, o

golpe de 2016 revela mais um ciclo pelo alto da burguesia nacional em articulação com a burguesia internacional e desvela que não há possibilidade de construção de um pacto social com essa elite – negando as projeções do PT. Expressões da inviabilidade da conciliação de classe Petista e de um pacto social com esta elite manifesta-se na aprovação da PEC 55, que congela os gastos nas áreas da saúde e educação por 20 anos; a aprovação da contrarreforma trabalhista que acirra a superexploração do trabalho; a contrarreforma da Previdência, ainda em curso; a privatização das nascentes de água de nosso país; a vinculação da política de preços da Petrobrás aos desmandos do capital financeiro; a privatização do pré-sal.

O governo ilegítimo de Michel Temer representa, portanto, as perversas medidas de ajuste fiscal, elementos esses que remetem, a partir da compreensão de Fontes (2010), às expropriações de origem secundárias⁸ no mais alto grau de desenvolvimento do capital imperialista. Esse processo visa tornar a força de trabalho nacional tão barata quanto a força de trabalho chinesa, por meio da desvinculação das responsabilidades contratuais e precarização do trabalho. Ou, em outras palavras, busca constituir uma massa de trabalhadores desprovidos de direitos para o capital. Um golpe, mais uma vez, sobre a classe trabalhadora desse país.

Quando dizemos que na luta de classes não há empate, é porque a história nos mostra que as políticas de conciliação de classe, dentre elas a conduzida pelo PT, não se sustentam nem mesmo com a sombra de uma “marolinha”. Quando a crise acomete as elites nacionais não há conciliação de classe que resista e as burguesias nacionais, parece que aprenderam em

⁸ As expropriações são abordadas por Marx visando explicitar o processo de constituição da força de trabalho livre para o capital, destituídas dos vínculos feudais. Esse processo, de separação dos trabalhadores dos meios de trabalho foi caracterizado pela professora Virginia Fontes (2010) como expropriação primária. Para a professora as expropriações secundárias se caracterizam pelo processo de liberação da força de trabalho para o capital via destituição dos direitos, são secundárias apenas no plano analítico, como forma de entender as expropriações contemporâneas do capital, uma vez que a professora parte da compressão que o capitalismo é, em sua essência, expropriativo.

1964, não hesitam em deixar suas diferenças de lado para salvar sua taxa de lucro.

Sobre o PT, não podemos negar os diversos avanços, na Universidade, na retirada de milhões de brasileiros do mapa da fome, na ampliação de projetos sociais. Esse processo é permeado de contradições, políticas focalizadas, expansão precarizadas das Universidades, incapacidade de promover autonomia dos sujeitos frente às políticas sociais. A grande questão, sobretudo, é que a construção dessas políticas no governo PT foram apassivadoras, desprotagonizadora da classe, por exemplo, o programa minha casa minha vida, quem decide onde e como serão as casas? As construtoras, empreiteiras⁹. De forma geral, o governo PT não fortaleceu e não articulou os segmentos das classes trabalhadoras, talvez por isso a gente não veja grandes massas nas ruas em sua defesa.

O que podemos dizer sobre as eleição de 2018? O primeiro turno já aconteceu, foi a prisão do Lula. A falta de coesão entre as frações de classe burguesa sobre um nome capaz de ganhar as eleições de 2018¹⁰ já havia sido explicitada no momento mais agudo de crise do Governo ilegítimo de Michel Temer, com os vazamentos de áudios que comprometiam diretamente o “Presidente”. Nesse momento, a burguesia nacional não tinha consenso em torno de um nome para um possível governo provisório. Essa falta de coesão expressa nos piores momentos do governo Temer e na incapacidade da burguesia nacional construir um nome forte para 2018, coloca, como única saída para assegurar um novo ciclo da dominação das elites desse país, a retirada de Lula da disputa eleitoral.¹¹

Essa burguesia a todo tempo retoma sua retórica autocrática explicitada em 1964, retoma quando legitima e solicita a intervenção militar nas favelas;

⁹ Salvo as experiências do minha casa minha vida entidade, que envolveu maior participação dos movimentos sociais

¹⁰ Tentaram lançar João Dória e Luciano Huck, sem grande sucesso.

¹¹ Precisamos deixar nítido que o PT não ocupa uma função revolucionária/anticapitalista em nosso país, mas representa alguns interesses contrários a esse elite arcaica que já dissequei neste trabalho.

quando apoia o extermínio a população negra; quando os generais se manifestam antes da decisão do STF sobre a prisão em segunda instância - dizendo que caso necessário estariam a postos para retomada da ordem nacional. Golpistas, chantagistas, mercenários, donos de grupos de extermínio, entreguistas, é contra eles que lutamos. É contra essa burguesia nacional e internacional que lutamos. Com Marielle deram o recado à população negra, os senhores do mato, capatazes nunca deixaram de existir, eles sobem o morro, exterminam, matam, torturam e as vezes ainda são transmitidos e ovacionados em rede nacional, por essa burguesia arcaica do Brasil.

Portanto, podemos dizer que o golpe de 2016 não se consolida pelo PT ser portador de um projeto anticapitalista, tenho a certeza que nesse texto não é possível trabalhar todos as determinações que compõe esse processo, mas, com base nos apontamentos aqui traçados, pode-se pensar em alguns elementos que nos ajudam a compreender esse processo: a) o aumento do poder de consumo das classes baixas aliado a ampliação das políticas não contributivas no âmbito da assistência social só poderiam se sustentar nos períodos de crescimento econômico. Nas fases de recessão, as classes altas e médias retomam o histórico ódio ao negro que funda nossa história e o camufla no ódio ao pobre; b) os interesses das elites nacionais de estancar a lava-jato foram vendidos externamente por meio das contrarreformas ultraneoliberais, angariando apoio internacional para o processo golpista. Ou seja, se o PT não teve uma política anticapitalista, não significa dizer que respondeu a todos os interesses do capital financeiro; c) se temos, por um lado, a histórica fragmentação da classe trabalhadora oriunda já na formação do mercado de trabalho no Brasil, temos, por outro lado, a histórica unidade das elites nacionais para assegurar os rumos do país, unidade esta que não se forma no campo democrático. Temos momentos de exclusão parcial ou tutelada e de exclusão total dos trabalhadores da cena política. Portanto, em 2016 estamos diante de mais uma configuração que embora não tenha participação direta dos militares, desconsidera a participação política dos trabalhadores; d) Os resultados da ampliação da dependência econômica com o capital imperialista

se explicita no acirramento das condições de vida objetiva dos trabalhadores, no aprofundamento da precarização dos serviços públicos e na ampliação da financeirização de todas as esferas da vida social; e) Os discursos de intolerância crescente na sociedade se propagam em candidaturas que ganham folego disseminando ódio de classe, raça, gênero, etnia, orientação sexual, ódio esse que não pode ser compreendido no âmbito da crise econômica do Governo Dilma, pois sua origem está enraizada em nossa formação social com seus elementos autoritários, escravistas, antidemocrático, que acirram a guerra contra os pobres, atingindo de forma mais dura a população negra.

3. CONCLUSÃO

Se temos um histórico de fragmentação da classe trabalhadora nesse país, temos também um legado de lutas sociais em condições adversas aos trabalhadores, que se expressam nos movimentos grevistas do início do século XX, nas lutas no ABC Paulista na década de 70 e 80, no campo com MST, na cidade com MTST e com a greve de 2017. Temos a árdua tarefa de unir a esquerda como representante do projeto societário da classe trabalhadora, com unidade na diversidade, na defesa e tentativa de restaurar a democracia no país¹² e reverter as contrarreformas implementadas no desgoverno Temer. Esse processo não é simples, uma vez que a fragmentação da classe trabalhadora é histórica e acirrada por sucessivos golpes que expressam uma democracia frágil e débil. Portanto, nosso desafio histórico é árduo e requer de

¹² Compreendemos que a democracia é uma mediação fundamental, na órbita da sociabilidade burguesa, para o florescimento de projetos societários anticapitalistas.

nós articulação contra os interesses¹³ do capital imperialista e de seus representantes, a burguesia nacional.

Nós não sabemos até aonde o PT vai às ruas, não sabemos se o retorno de Lula ao poder iria manter o movimento das ruas. Na conjuntura atual nós devemos ocupar as ruas com o PT, PSOL, MST, PSTU, PCB, MTST. Se o PT sair das ruas caso chegue ao governo, a única certeza que eu tenho é que nós continuaremos, pois não é pelo Lula, é pela democracia, não é só por Marielle, é por parcela majoritária da população brasileira que luta cotidianamente pela vida, é pela vida dos jovens negros desse país.

O que está em curso no país, mais uma vez, e devemos nos articular para barrar, são as mudanças das estruturas sociais sem a participação do povo, pelo “tapetão”, fato este marcante na trajetória das elites brasileiras e se manifesta sobre diversas conformações ao longo de nossa história. Os resultados do golpe em curso são duros para a classe trabalhadora: a) reafirmam e acirram a submissão aos desmandos do capital imperialista; b) retoma mais veementemente o traço autocrático da burguesia via redução das políticas sociais e ampliação de operações militares¹⁴ e no extermínio da juventude negra nas favelas; c) se esforça para consolidar nas eleições de 2018 mais uma transição pelo alto que assegure a continuidade e aprofunde as contrarreformas do Estado no âmbito da retirada de direitos dos trabalhadores e entrega das riquezas nacionais para o capital financeiro. Diante dessa conjuntura nefasta, temos o dever de refletir sobre possibilidades históricas e, neste sentido, trago algumas considerações para as lutas sociais:

1. Nosso lugar é na rua, barrando as contrarreformas e impedindo a continuidade desse ciclo pelo alto das elites nacionais. Precisamos

¹³ Esses interesses se manifestam no Parlamento, no Judiciário e na Mídia, ou, podemos dizer, com Dilma no Parlamento, com Lula no judiciário e em ambos com o apoio da mídia.

¹⁴ Vide a intervenção militar no Rio de Janeiro que tem se consolidado como uma política de extermínio que nada tem a ver com segurança pública.

construir unidade na diversidade e mobilizar a greve geral contra as contrarreformas e para reestabelecer a democracia no país. A greve de 28 de abril de 2017, que superou a articulação da greve de 1989, precisa reafirmar que é possível a organização da classe trabalhadora mesmo nessa conjuntura adversa;

2. Essa onda conservadora e fascista que vem sendo propagada pelas elites, cuja origem remete ao histórico ódio ao pobre - e mais acirradamente ao negro - vem ganhando espaço nos seguimentos da classe trabalhadora. O fascismo vem crescendo em diversas esferas da vida social. Ele veste verde e amarelo, se manifesta com o extermínio da juventude negra nas periferias do Rio de Janeiro, com o ódio ao gay, na selfie com o caveirão, com a bancada religiosa e do agronegócio, na defesa da venda de armas, no feminicídio, na transfobia. Isso nos coloca como desafio identificar quais as subjetividades que se movem pelo fascismo e quais estão aderindo essa tendência por desconhecer outras alternativas sociais, para, assim, disputarmos a hegemonia nestes segmentos.
3. É preciso que o movimento sindical se reinvente para superar os limites da organização do trabalho formal e possa abarcar parcelas cada vez mais crescentes dos trabalhadores. Os trabalhadores informais, terceirizados, subcontratados, prestadores de serviços, bolsistas, desempregados, segmentos esses em profundas ascensão com as contrarreformas do Estado. Portanto, é preciso que a classe trabalhadora crie urgentemente respostas a este processo de fragmentação que vem na sola das contrarreformas do Estado;

Se há uma coisa nítida na conjuntura atual, até o presente momento, é o medo que as elites nacionais tem de Lula. No dia 08/07/2018 tivemos mais um capítulo do golpe em curso, expresso na briga travada entre o desembargador federal plantonista do TRF-4 Rogério Favreto e o Juíz de primeira instância

Sérgio Moro¹⁵. Este capítulo do golpe em curso reafirma que a prisão de Lula é uma tentativa desesperada da elite brasileira em promover uma transição pelo alto para aprofundar as contrarreformas em curso no país e acalmar as elites estrangeiras. Esse fato explicita, também, a partidarização do judiciário e a judicialização da política, processos estes que incidem diretamente na condução da “democracia” sem a participação da população e coloca para os movimentos sociais e setores críticos da sociedade a necessidade de trazer a política novamente para as ruas, para que a população possa deliberar sobre os rumos do país. Se o PT não tem um projeto anticapitalista, parece que a burguesia nacional tem negado um projeto de conciliação de classes com pequenas concessões a parcelas mais pauperizadas da sociedade, o que sinaliza, para nós, que teremos anos difíceis pela frente, anos de luta e resistência pelo que foi construído até aqui. Temos a convicção que está na hora de construir a Greve Geral, como resposta a essa política e “democracia” construída por poucos.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto; BARBOBSA, Agnaldo; COELHO, Hercídia. **Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2002.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 87, v. 30, maio./ago. 2016.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. **Senso Demográfico de 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classe e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2008.

¹⁵ Sergio Moro, tramou de forma escusa e antidemocrática a permanência de Lula na prisão com o desembargador federal Carlos Eduardo Thompson e com o apoio da mídia via silenciamento dos meios de comunicação nesse momento de crise no judiciário.

FONTES, Virginia. **O Capital Imperialista no Brasil: teoria e história.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado Populista na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

NETO, Artur Bispo dos Santos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil.** São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez 2015.

SANTOS, Wanderlei Guilherme. **Cidadania e Justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOUZA, JESSÉ. **A elite do Atraso: da escravidão a lava jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VALENTE, Rubens. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 2016.

Disponível em:

<http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.